

O ESTADO DO RIO GRANDE e a Democracia

Raul PILLA

27.V.52

Não sei se ainda há entre nós, quem propugne um regime sem liberdade. Depois das desastrosas experiências por que passou o País e o Mundo, estão, pelo menos, cautamente silenciosas as vozes que o quiseram proclamar. Ninguém contesta hoje os benefícios da liberdade. Ninguém se opõe, por ora, ao regime democrático.

Mas a democracia é, infelizmente, difícil de praticar, se bem seja fácil de conceber. Exige, antes de mais nada, um mecanismo político adequado, e o nosso está demonstrado que não o é. Demanda certa perícia no manejá-lo. E requer a existência de outras instituições, tão estreitamente ligadas à sua vida, que se podem considerar órgãos dela.

Uma de tais instituições, certamente a mais importante, é a imprensa. Sem ela, não teria podido funcionar a democracia moderna. Se esta é o governo da opinião, opinião de muitos milhares ou alguns milhões de cidadãos, indispensável se faz a existência de um veículo capaz de formar, orientar e refletir a opinião dos cidadãos. A imprensa desempenha uma alta função política, que nada, nem a radiodifusão, apesar da sua crescente importância, pode substituir. Releia-se a história do nosso País, desde o Brasil-Reino ao Brasil-República, e lá se verá o papel desempenhado pela imprensa em todos os acontecimentos políticos.

Mas, se a imprensa surgiu de uma invenção técnica são os espantosos progressos da técnica que ameaçam desviá-la do seu papel essencial, reduzindo-a a uma única função — informar, satisfazer a simples curiosidade do público. Sendo muito dispendiosas as modernas instalações, o jornal foi perdendo a sua feição social e doutrinária, para se transformar numa indústria, que de-

manda avultados capitais e a correspondente retribuição. Muitos dos grandes jornais modernos limitam-se a vender informações, por ser éste o serviço que mais interesse e não sofre restrições de ordem ideológica.



Significa isto que, aos poucos, mais em uns países, que em outros, vai a imprensa renunciando à altíssima função de formar e orientar a opinião pública que deve governar o país, a fim de melhor poder explorá-la industrialmente. Se tal tendência se generalizar-se e não fosse por outros meios corrigida, contados estariam os dias da democracia, por falta de uma opinião pública esclarecida que se veria monabrada ao sabor de interesses mais ou menos confessáveis.

Diz-se,á, porém, que informar também é concorrer para o esclarecimento da opinião pública. Sem dúvida. Mas a informação é apenas um dos elementos do longo e complicado processo. A informação precisa ser avaliada, comparada, criticada, discutida à luz de certos princípios. Sem esta elaboração, da qual a grande maioria dos cidadãos é, por si só, incapaz, a informação pode tornar-se mais nociva do que útil. Demais, a informação não basta. É ainda uma atividade muito elementar, para satisfazer, por si só, as necessidades do sistema democrático.

Ao lado, pois, dos grandes órgãos da imprensa, destinados simplesmente à indústria da informação, exigem os destinos da democracia que subsista uma imprensa doutrinária e desinteressada, certamente mais modesta pelas próprias limitações da sua missão, mas absolutamente necessária, uma imprensa que, mais do que representar um fim, em si mesma, como são as grandes empresas de publicidade, seja um nobre instrumento de ação social.

Ora, éste é o gênese do jornal que, desde o primeiro número, pretendeu ser o ESTADO DO RIO GRANDE. Conseguiu-o? As próprias vicissitudes por que tem passado, os grandes sacrifícios que tem imposto, afirmam que sim. Nesta casa, não se pratica uma indústria: exerce-se uma missão. Jornais como éste são tão necessários ao normal funcionamento da democracia, como os tribunais e as assembléias representativas. Eles é que formam o ambiente, em que tais instituições podem viver e prosperar.

Não basta, porém, reconhecer e proclamar a importância do papel que exercem os órgãos doutrinários na sociedade democrática. É preciso que esta os ampare, lhes preste o seu concurso, lhes pague, em parte, os benefícios que deles recebe. Se a imprensa meramente publicitária acabar expulsando a imprensa doutrinária, a imprensa que tem uma finalidade fora e acima de si mesma, então estará condenada a democracia.

Ao completar o ESTADO DO RIO GRANDE mais um ano de uma existência inteiramente devotada à causa pública, não me pareceu superfluo acentuar, mais uma vez, éste seu inconfundível caráter, éste seu insuprível mérito.